

II – QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS/REPRESENTANTES/PROCURADORES/FIADOR(ES)

IDENTIFICAÇÃO PF/PJ

| | | | |
|---|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| APENAS DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL | | FIADOR SIM | % PARTICIPAÇÃO |
| NOME JEAN CARLOS KNOEPKE STREIT | | CPF/CNPJ 078.623.959-05 | DT INGRESSO 06/10/2023 |
| FILIAÇÃO GILVANE APARECIDA KNOEPKE | | | |
| DT NASCIMENTO 14/03/1994 | ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A) | Nº REGISTRO / PROCURAÇÃO / ATA | DT VALIDADE |
| NOME DO CONJUGE | | CPF | DT NASCIMENTO |

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

| | | | | |
|---------------------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| TIPO CARTEIRA NACIONAL DE | Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 05727187576 | ORGÃO EMISSOR DETRAN | UF SC | DATA EMISSÃO 28/11/2022 |
| GRAU DE INSTRUÇÃO DA 5A A 8A SÉRIE | SEXO MASCULINO | PROFISSÃO AUXILIAR DE ESCRITORIO E | NACIONALIDADE BRASILEIRA | |

ENDEREÇO/TELEFONE/ENDEREÇO ELETRÔNICO

| | | |
|-----------------------------|----|-------------|
| ENDEREÇO GERALDO VICENTE | | |
| TIPO RUA | Nº | COMPLEMENTO |

| | | |
|----------------------------|----------|-----|
| CIDADE SAO BENTO DO SUL | UF SC | CEP |
|----------------------------|----------|-----|

| | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| DDD/TELEFONE (47) 3626-8137 | DDD/CELULAR (47) 99900-0238 | E-MAIL JEAN.THEBLACK@HOTMAIL.COM |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|

IDENTIFICAÇÃO PF/PJ

| | | | | |
|--|---|---------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| APENAS DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL | | | FIADOR SIM | % PARTICIPAÇÃO |
| NOME SIDNEI AVELINO DA SILVA | | CPF/CNPJ 834.489.269-49 | DT INGRESSO 06/10/2023 | |
| FILIAÇÃO NATHALIA BOAVA DA SILVA | | | | |
| DT NASCIMENTO 05/04/1974 | ESTADO CIVIL CASADO(A) COM COMUNHÃO | Nº REGISTRO / PROCURAÇÃO / ATA | | DT VALIDADE |
| NOME DO CONJUGE SIVONE MARCIA EISELT | | CPF 837.606.289-15 | DT NASCIMENTO 21/01/1975 | |
| DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO | | | | |
| TIPO DOCUMENTO DE IDENTIDADE | Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 83448926949 | ORGÃO EMISSOR SSP | UF SC | DATA EMISSÃO 14/03/2023 |
| GRAU DE INSTRUÇÃO ENSINO MÉDIO COMPLETO | SEXO MASCULINO | PROFISSÃO TECNICO DE CONTABILIDADE | NACIONALIDADE BRASILEIRA | |
| ENDEREÇO/TELEFONE/ENDEREÇO ELETRÔNICO | | | | |
| ENDEREÇO REINALDO PSCHIEDT | | | | |
| TIPO RUA | Nº 275 | COMPLEMENTO | | |
| CIDADE SAO BENTO DO SUL | | | UF SC | CEP |
| DDD/TELEFONE (47) 3626-6499 | | DDD/CELULAR (47) 99675-2466 | E-MAIL | |

III – OPÇÃO DE ADESÃO DE SERVIÇO DE ADIANTAMENTO A DEPOSITANTE / EXCESSO SOBRE LIMITE

| |
|--|
| SIM, AUTORIZO O SERVIÇO DE ADIANTAMENTO A DEPOSITANTE / EXCESSO SOBRE LIMITE |
|--|

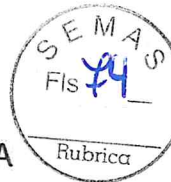
IV – CESTA DE SERVIÇOS CAIXA

Os produtos/serviços e as quantidades de transações contempladas em cada modalidade de Cesta estão listados na Tabela de Tarifas de Serviços Bancários disponível nas Agências e na página da CAIXA na internet.

| |
|---|
| NÃO SOLICITO ADESÃO À CESTA DE SERVIÇOS |
|---|



CONTRATO DE RELACIONAMENTO – Abertura e movimentação de conta, contratação de produtos e serviços – PESSOA JURIDICA



V – EMISSÃO DE ASSINATURA ELETRÔNICA PARA MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRA PELO INTERNET BANKING E CELULAR

NÃO ACEITO RECEBER ASSINATURA ELETRÔNICA

VI – OPÇÃO PELO SERVIÇO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

SIM, OPTO PELO ACESSO AO SERVIÇO DE DÉBITO AUTOMÁTICO DOS CONVÊNIOS HABILITADOS PELA

VII – SERVIÇO DE DÉBITO DIRETO AUTORIZADO (DDA) – PAGADOR ELETRÔNICO

SIM, FAÇO OPÇÃO POR ADERIR AO SERVIÇO DE DÉBITO DIRETO AUTORIZADO (DDA) – PAGADOR

VIII – ADESÃO MENSAGEM VIA CELULAR

NÃO FAÇO OPÇÃO POR ADERIR AO SERVIÇO DE MENSAGEM VIA CELULAR

IX – INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS DA CAIXA

SIM, AUTORIZO RECEBER INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS DA CAIXA

E-MAIL SMS TELEFONE CORREIOS

X – CARTÕES DE DÉBITO

NÃO AUTORIZO A EMISSÃO DO CARTÃO DE DÉBITO

A BANDEIRA DO CARTÃO DE DÉBITO É DEFINIDA DE ACORDO COM A ESTRATÉGIA ADOTADA PELA CAIXA NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO DO PRODUTO.

O CARTÃO DE DÉBITO DA CONTA É PARA USO PESSOAL DO REPRESENTANTE LEGAL DA PJ TITULAR CORRENTISTA OU DE SEU PROCURADOR, QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELA SUA GUARDA, INTEGRIDADE E SEGURANÇA.

XI – PRODUTOS DE CRÉDITO:

NÃO TENHO INTERESSE EM ADQUIRIR O PRODUTO CHEQUE EMPRESA CAIXA

SIM, AUTORIZO ANÁLISE E TENHO INTERESSE EM ADQUIRIR O PRODUTO DESCONTO DE CHEQUES

NÃO TENHO INTERESSE EM ADQUIRIR O PRODUTO GIROCAIXA FÁCIL

SIM, AUTORIZO ANÁLISE E TENHO INTERESSE EM ADQUIRIR O PRODUTO MICROCRÉDITO PRODUTIVO

NÃO AUTORIZO A EMISSÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO

CLÁUSULA 1ª – DECLARAÇÃO DO(S) CLIENTE(S):

O Titular Correntista ou seu representante legal se compromete a comunicar a CAIXA, por escrito e de imediato, toda e qualquer alteração das informações cadastrais por ele prestadas, inclusive endereço, telefone e demais informações referentes à alteração em seu quadro de diretores ou pessoas autorizadas a movimentar ou acessar a conta da empresa, procuração e situação fiscal e patrimonial, sob pena de consubstanciar irregularidade nas informações prestadas, ensejando o encerramento da conta e a comunicação do fato ao Banco Central do Brasil - BACEN, não sendo a CAIXA responsável por eventuais problemas advindos da falta de comunicação formal e tempestiva.

Subcláusula 1.1 – O CLIENTE declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras, autorizando a CAIXA, desde já, a verificá-las mediante consulta a banco de dados, em especial o da Central de Risco do Banco Central do Brasil, **bem como a incluí-las em Órgãos de Proteção de Crédito e/ou empresas especializadas em processamento de cadastro bancário.** Autoriza também o arquivamento dos dados cadastrais e de idoneidade da empresa em Órgãos de Proteção de Crédito e/ou empresas especializadas em processamento de cadastro bancário, inclusive na SERASA – Centralização de Serviços de Banco S/A, que poderá dele se utilizar, respeitadas as disponibilidades legais em vigor. E concorda com a cobrança da taxa cadastral autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Subcláusula 1.2 – O CLIENTE, seus representantes legais e sócios, se houverem fiadores ou avalistas, e seus respectivos cônjuges, declaram que não possuem atrasos ou débitos de tributos municipais, estaduais e federais, inclusive contribuições e repasses obrigatórios, não possuem débitos com INSS, não possuem débitos com FGTS, e estão em conformidade com o cumprimento de toda legislação, inclusive ambiental, trabalhista e tributária.

Subcláusula 1.3 – Uma vez aprovada no Sistema de Risco de Crédito da CAIXA, o(s) CLIENTE(s) concorda(m) com a disponibilização pela CAIXA, dos serviços bancários e modalidades de empréstimos/financiamentos existentes, em particular o Cheque Empresa CAIXA, Desconto de Cheques, GIROCAIXA Fácil, Cartão de Crédito e Microcrédito Produtivo Orientado Caixa entre outras que vierem a ser lançadas, e declara(m) estar ciente(s) que poderá(ão) contratá-lo(s) nos canais hábeis, cujas Cláusulas Gerais e condições negociais ficam à disposição nos canais de atendimento para conhecimento.

Subcláusula 1.4 - O(s) CLIENTE(S) declara(m) para os devidos fins de direito que, previamente à contratação do(s) produto(s) e serviço(s), teve(tiveram) conhecimento e está(ão) de pleno acordo com as condições negociais e disposições contidas nestas Cláusulas Especiais, registradas sob o nº 003756011 em 30/06/2016, e nas Cláusulas Gerais dos produtos e serviços mencionadas neste Instrumento Contratual, registradas no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília/DF, conforme abaixo, que lhes foram previamente disponibilizadas, as quais passam a fazer parte integrante e complementar deste instrumento, formando um único e indivisível documento, nada tendo a opor, e por isso assina(m) ao final.

- Conta de Depósitos PJ, registrado sob o nº 2553411, e rerratificações posteriores;
- Cheque Empresa CAIXA, registrados sob o nº 0004126517, e rerratificações posteriores;

- GiroCAIXA Fácil, registrado sob o nº 001547438, e rerratificações posteriores;
- Desconto de Cheques, registrado sob o nº 0004187828, e rerratificações posteriores;
- Microcrédito Produtivo Orientado CAIXA, registrado sob o nº 0002629265, e rerratificações posteriores;
- Serviço de Mensagens via Celular - SMS, registrado sob o nº 003791717, e rerratificações posteriores;
- Cesta de Serviços CAIXA PJ, registrado sob o nº 0003240725, e rerratificações posteriores;
- Cartão de Crédito CAIXA, registrado sob o nº 0003316266, e rerratificações posteriores;
- DDA - Débito Direto Autorizado, registrado sob o nº 0001541013, e rerratificações posteriores;
- Contrato de Prestação de Serviços - Assinatura Eletrônica, registrado sob o nº 0003860830, e rerratificações posteriores.

Subcláusula 1.5 – Respeitadas as disposições legais em vigor, o Titular autoriza a Emissora, desde já, a fazer uso desse cadastro para os seguintes fins, de interesse legítimo desta Emissora:

- a) comunicação, visando relacionamento, suporte e fidelização;
- b) divulgação de ofertas e promoções/campanhas, realizadas ou não com empresas parceiras;
- c) oferta de produtos e serviços próprios (acessórios e/ou outros produtos CAIXA) ou de terceiros envolvidos na prestação desse serviço;
- d) realização de estudos e pesquisas, com o intuito de promover melhorias no próprio produto, nos serviços prestados e/ou nos canais disponibilizados;
- e) avisos/alertas de comunicação operacional/transacional, com o intuito de prezar pela segurança do processo e dos serviços prestados, complementar ao constante no Item "VIII - Adesão Mensagem via Celular".

Assim que a adesão ao Sistema de Meio de Pagamento for efetivado, o titular, na qualidade de portadores de cartões de débito CAIXA, contará com o benefício de integrar a plataforma promocional da Bandeira na qual o cartão foi emitido, que dá acesso a descontos, ofertas e promoções disponibilizados pela bandeira e seus parceiros. Dessa forma, por esse instrumento, o Titular, na qualidade da pessoa física, está ciente e concorda com a transmissão de seus dados pessoais, incluindo o número do seu cartão e, consequentemente, com o tratamento de tais dados de forma que sua participação na plataforma promocional seja efetiva.

Subcláusula 1.6 – Declaramos ciência dos termos e autorizamos a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, durante a vigência deste contrato, a atuar conforme o que preveem as Resoluções BACEN nº 3.920/10 e 4.571/17 e posteriores que a substituam.

Parágrafo Único – As alterações sofridas pelas Cláusulas Gerais serão registradas no respectivo Registro de Títulos e Documentos e disponibilizadas ao(s) CLIENTE(s) nos canais de atendimento e/ou de contratação e site da CAIXA.

CLÁUSULA 2ª – TRATAMENTO DE DADOS:

O(s) **Sócios, Representantes Legais, Procuradores Pessoa Física e Fiadores**, neste contrato identificados e qualificados no item **II – QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS / REPRESENTANTES / PROCURADORES / FIADOR(ES)** autoriza(m) a CAIXA a realizar o tratamento dos seus dados pessoais de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/18), para a seguinte finalidade: realizar todas as operações contratadas sob o amparo deste instrumento, incluindo o uso em situações relacionadas aos processos de oferta, divulgação, prestação de serviços e fornecimentos de produtos, análise do perfil do cliente, forma de uso para estudo e oferta de produtos e serviços.

Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente contrato, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal em que o CLIENTE possuir sua conta na CAIXA.

LOCAL/DATA

SAO BENTO DO SUL, SC, 06 de OUTUBRO de 2023.


Assinatura do RLA/Procurador

Nome: JEAN CARLOS KNOEPKE STREIT

CPF: 078.623.959-05

Razão Social: SAO BENTO ASSOCIACAO DE TENIS DE MESA

CNPJ: 04.962.945/0001-45


Assinatura do RLA/Procurador

Nome: SIDNEI AVELINO DA SILVA

CPF: 834.489.269-49

Razão Social: SAO BENTO ASSOCIACAO DE TENIS DE MESA

CNPJ: 04.962.945/0001-45

TESTEMUNHAS

Nome: CASSIANO FUCKNER
NORONHA
CPF: 041.369.079-23

Nome: HEGLIN PIASKOWSKI
MACHADO
CPF: 006.962.839-48

Atesto que as assinaturas constantes do presente contrato são verdadeiras e que foram devidamente conferidas pelo caixa abaixo assinado, que reconheceu como válidas as assinaturas dos RLA e de seus(s) CÔNJUGE(s), de acordo com a Ficha de Abertura e Autógrafos ou documento original de identidade.

Cassiano Fuckner Noronha
Matricula 110453-0
Gerente de Varejo

Assinatura e carimbo de empregado
qualificado
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

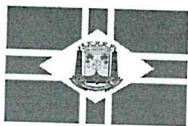
Cassiano Fuckner Noronha
Matricula 110453-0
Gerente de Varejo

Assinatura e carimbo do gerente
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

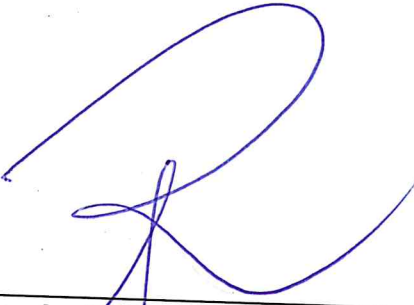


011/2023

PARECER CONTÁBIL

1. Objeto: Projeto "UM SAQUE TRANSFORMA A VIDA I"
2. Secretaria Interessada: Assistência Social
3. Valor (R\$): 19.895,38(dezenove mil oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos)
4. Forma de pagamento: Transferência Bancária
5. Dotação orçamentária:1726
6. Recurso Orçamentários:
(X) Há disponibilidade
() Não há disponibilidade
7. Recursos Financeiros:
(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com disponibilidade
() Não há previsão de recursos financeiros

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2023


Ricardo Antônio Homechen
Contador CRC/SC 2993710

Ricardo Antonio Homechen
Contador
CRC-SC 029937/0-5



PROCURADORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO 471/2023

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL N. 016/2023

INTERESSADOS: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL – CMDCA

ASSUNTO: Minuta de Chamamento Público – Nos termos do artigo 35, VI, Lei nº 13.019/2014 e alterações nº 13.204/2015, acerca da possibilidade de celebração de parceria entre Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e OSC's.

I. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise e parecer jurídico encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul, de minuta de Chamamento Público n. 016/2023, que tem como objetivo selecionar novos projetos de cunho social, e/ou reedição de projetos que já foram caso de sucesso, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade as práticas das OSC's inscritas/registradas no CMDCA/SBS, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes, bem como qualificar e potencializar os serviços para a promoção da rede de atendimento à criança e adolescente de São Bento do Sul.

È relatório.



II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Destaca-se que, com a advento da Lei Federal nº Lei nº 13.019/2014, que rege as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, disciplinou, através do chamamento público, a modalidade de seleção destas organizações. Em seu artigo 2, inciso XII, da Lei nº 13.019/2014, assim define o chamamento público, in verbis:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

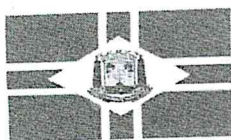
XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

Em estrito cumprimento por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao disposto no Artigo 35, Vi, da Lei 13019/2014, que exige a emissão de parecer jurídico pela Assessoria Jurídica da Administração Pública, acerca da possibilidade de celebração da parceria. Neste sentido, dispõe o mencionado dispositivo legal:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

(...)

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifo nosso)



Assim, a manifestação da assessoria jurídica constitui requisito formal para a regular formalização da parceria entre o Conselho Municipal de Diretos da Criança e Adolescente e a OCS's.

Com o marco regulatório instituído pela Lei 13.019/2014, as parcerias entre a Administração Pública e organizações da Sociedade Civil deverão ser realizadas em regime mútuo de cooperação de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho.

Entre as diretrizes fundamentais a promoção, fortalecimento institucional e incentivo à organização da Sociedade Civil para cooperação com o poder Público, nos moldes do Art. 6º, I, da Lei 13019/2014.

Ressaltamos a priorização da sociedade civil para cooperação da Sociedade Civil para com o poder Público, conforme Art. 6º, II, da Lei 13.019/2014.

É importante destacar que em regra do Chamamento Público como instrumento de seleção da proposta mais adequada aos objetivos da parceria Pública, conforme determina o Art. 24, da Lei 13019/2014:

Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifo nosso)

Quanto ao Edital de Chamamento Público, a Administração Pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados, porém, sem descuidar dos critérios técnicos e parâmetros de avaliação das propostas que primem pelo rigor técnico e permita aferição objetiva de resultados.

O edital deverá constar obrigatoriamente, com amparo no Art. 24, §1º, da Lei 13.019/2014, os seguintes elementos básicos:

Art. 24(...)

I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

N



III - o objeto da parceria;

IV - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

V - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - o valor previsto para a realização do objeto;

VII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - as condições para interposição de recurso administrativo; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

IX - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

X - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)



II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)
(grifo nosso)

Além disso, a capacidade operacional da Administração Pública bem como a capacidade técnica da OSC's para celebrar a parceria, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades deverá ser considerada pela Administração Pública, consonância com art. 8º, as Lei 13.019/2014, de forma que o objeto da parceria possa ser realmente executado em prol da sociedade.

É imprescindível não haver dúvidas que o grau de adequação da proposta ao objeto da parceria e o valor de referências constantes no Chamamento Público são critérios obrigatórios de julgamento, ao teor do que dispõe o Art. 27, caput, da Lei 13.019/2014:

Art. 27. O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
(grifo nosso)

Deve-se aferir que o Edital deverá estabelecer os critérios de seleção mensuráveis, em plena consonância com o objeto do Chamamento e o escopo da parceria de modo que a seleção passa ser feita com base e parâmetros objetivos e claros sobre a matéria abordada.

Neste sentido, a Comissão de Seleção do Conselho deverá julgar se há adequação da proposta/plano de trabalho aos objetivos da parceria e se atividade possui exequibilidade e viabilidade financeira, nos moldes do Art. 27, da Lei 13019/2014, sendo imprescindível a comprovação ou declaração, por parte da OSC's, que os valores se pautam, correspondem, aos preços praticados no mercado para o serviço descritos na atividade da parceria.



Cumpra-se destacar os requisitos dos Arts. 33 e 34, da Lei 13.019/2014, não poderão ser desconsiderados na formulação do rol de documentos a serem apresentados durante a fase de seleção já com vista à celebração da parceria, pois se faz necessário que a OSC's demonstrem a regularidade a regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, bem como sua regularidade estatutária.

O Edital deverá ser publicado, pois como versa o Art. 26 da Lei 13.019/2014, que o mesmo deverá ser divulgado no sítio oficial, com antecedência miníma de 30(trinta) dias.

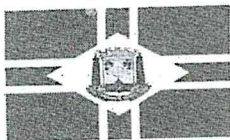
Recomenda-se, conjuntamente, a publicação no Diário Oficial do Município, a futura homologação do resultado também deverá ser publicada no sítio oficial, pois assim exige a Lei 13.019/2014 em seu Art. 27, §4º.

Por sua vez, quando se levar em conta o objeto da parceria e seu escopo social, verifica-se que haverá transferência de recursos financeiros do Fundo para Infância e Adolescência – FIA, para as OSC's selecionadas, portanto, não há que se falar em acordo de cooperação, mas sim em celebração de termo de fomento ou de colaboração.

Tendo em vista o objeto "sub examine" verifica-se que o Plano de trabalho será apresentado pelas OSC's ao CMDCA, o que para efeitos de formalização de parceria adquire importância crucial, uma vez que, o instrumento a ser utilizado, termo de colaboração ou termo de fomento, encontra-se diretamente vinculado à origem da proposta. Neste aspecto, cumpre ressaltar o Arts. 16 e 17, da Lei 13.019/2014:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.



Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Por tal razão, quando a pareceria decorrer de plano de trabalho proposta pelo OSC's, envolvendo transferência de recursos financeiros, o instrumento de formalização a ser adotado, por força do Art. 17, deverá ser o termo de fomento.

No tocante à minuta do termo de fomento, suas cláusulas se pautam pelo rol elencado no Art. 42 da Lei 13.204/2015, observados os devidos ajustes à espécie de instrumento de formalização a ser utilizado.

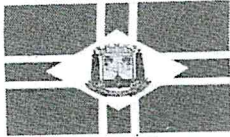
Outrossim, cumpre que a análise de mérito e conveniência condizem à necessidade ou não da celebração de parceria transcende à alçada desta Assessoria Jurídica, sendo objeto de decisão do CMDCA.

Por fim, a minuta do Edital de Chamamento Público, bem como a do instrumento de pareceria, encontra-se em sintonia com as normas constitucionais e administrativas aplicáveis, ao objeto em apreço. Sobretudo em relação àquelas estabelecidas pela Lei 13.019/2014 e suas alterações Lei 13.204/2015, sendo incontestado o interesse Público atendido pela atividade e sua relevância social, reciprocidade de objetivos e a viabilidade da mútua cooperação entre os parceiros.

III. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o parecer é pela CONFORMIDADE do Edital e da respectiva minuta do termo de Fomento, referente ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 016/2023, à sistemática legal imposta pela Lei 13.019/2019 e suas alterações 13.204/2015, e, por conseguinte, plena consonância ao ordenamento jurídico no tocante à matéria, constituindo instrumentos hábeis para celebração de eventual parceria.

Cumprido salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data na consulta formulada, destarte, presta a



Município de São Bento do Sul
Estado de Santa Catarina
Procuradoria do Município




consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do Poder Executivo, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa. Fica o presente parecer submetido à apreciação do CMDCA para as devidas considerações e deliberação final.

S.M.J.

È o parecer.

São Bento do Sul, SC, 25 de julho de 2023.

Adriano Domingos Stenzoski
Procurador
OAB/SC 6.693


Nádia Marcela Niesponginski
Assessora Jurídica
OAB/SC 49.636

Ata da 381ª Reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA)

Data: 21 de agosto de 2023

Local: Auditório do SEMAS

Horário início: 08h30min

Horário término: 10h00min

Pauta da Reunião

Posse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA biênio 2023-2025 e eleição da nova Diretoria do CMDCA.

Participantes

Conselheiros (as):

Mariana Linzmeyer
Rosmari Mendes de Oliveira
Simone Lesnhak
Lourdes da Silva Souza Pires
Luciano Weidner
Eleonice Odia
Lauro Ademar da Silva
Jean Ricardo Sasse
José Tadeu de Santana Junior
Fabiane Maria Grossl
Sidnei Avelino da Silva
Silvia Andrea Prestes de Souza Munhoz
Adriana Carla Ropelato Galiani

Convidados:

Antônio Jauri da Costa
Rosilma da Rocha Ferreira
Ana Paula Petreça Knop
Oseias Freitas
Prefeito Antonio Joaquim Tomazini Filho
Gilmar Luis Pollum Secretário Mun. de Assistência Social

Assuntos Debatidos

No vigésimo primeiro dia do mês agosto de dois mil e vinte e três, reuniram-se no auditório de Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS) os Conselheiros, nomeados pelo Decreto 2227 de 18 de agosto de 2023, para escolha da nova diretoria do biênio 2023-2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA, sendo os representantes governamentais das seguintes Pastas: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Fundação Cultural, Fundação Municipal de Desportos e Segurança Pública, e representantes das entidades não-governamentais do Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE), JCI São Bento do Sul, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), São Bento Associação de Tênis de Mesa, Associação Beneficente, Social Educacional e Cultural (APRISCO) e Associação São Bento de Taekwond (ASBTKD). A reunião foi conduzida pelo Secretário-Executivo Oseias Freitas que após saudar os participantes falou da necessidade de eleger a nova Mesa Diretora do CMDCA. Por sugestão do Plenário os Conselheiros fizeram uma breve apresentação, e em seguida

foi dado início ao processo de escolha da nova diretoria, conforme a lei municipal nº 3540, de 27 de maio de 2015 art.14 § 2º. O secretário-executivo Oseias explicou sobre a composição da nova Diretoria e informou sobre a alternância entre Governo e Sociedade Civil nos cargos, devendo ser eleito nesta gestão um presidente governamental, o vice-presidente não-governamental e um secretário governamental. As conselheiras Simone Lesnhak e Lourdes da Silva Souza Pires se colocaram a disposição para o cargo de presidente e em comum acordo a Conselheira Simone Lesnhak desistiu e aceitou ser a secretária do conselho ficando a conselheira Lourdes da Silva Souza Pires como presidente e por aclamação aprovada pelos conselheiros, para vice-presidente colocaram-se a disposição os conselheiros José Tadeu de Santana Júnior e Jean Ricardo Sasse, em comum acordo Jean Ricardo Sasse desistiu ficando o conselheiro José Tadeu de Santana Junior como vice-presidente e por aclamação aprovado pelos conselheiros, ficando a nova Diretoria composta da seguinte forma: Presidente – Lourdes da Silva Souza Pires, Vice-Presidente José Tadeu de Santana Júnior e Secretária - Simone Lesnhak. Na sequência em conformidade com a lei nº 3540/2015 art. 13 § 4º deu-se início ao cerimonial de Posse com a presença do prefeito Antônio Joaquim Tomazini Filho. Oseias fez uma breve explanação sobre o papel do CMDCA e após composição da Mesa de Autoridades o Exmo. Sr. Prefeito no uso da palavra parabenizou todos os envolvidos com a causa das crianças e adolescentes do Município e agradeceu a todos os Conselheiros pela dedicação. A seguir o Secretário Municipal de Assistência Social Sr. Gilmar Pollum frisou a importância do CMDCA na gestão do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA e nas demais ações realizadas pelo Conselho e parabenizou os Conselheiros. O ex-Presidente do CMDCA Sr. Antônio Jauri da Costa também fez uso da palavra e reforçou a importância do trabalho dos Conselheiros. Em seguida a nova Diretoria foi apresentada às Autoridades e demais participantes. A Presidente Lourdes falou sobre a importância do CMDCA, do comprometimento de todos os membros para o cumprimento das atribuições do Conselho, esclareceu algumas demandas dessa Gestão, falou da necessidade do apoio do Poder Executivo e agradeceu a presença de todos. Seguindo a ordem do dia foi realizada a configuração das comissões temáticas do CMDCA ficando assim constituídas: Comissão de Administração e Fiscalização do FIA: Conselheira Lourdes da Silva Souza Pires, Eleonice Odia, representantes governamentais, Sidnei Avelino da Silva, Fabiane Maria Grossl, representantes não-governamentais e será presidida pela conselheira Eleonice Odia e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva; Comissão de Normas e Registros: Luciano Weidner, Lauro Ademar da Silva, representantes governamentais, Sílvia Andrea Prestes de Souza Munhoz, Sidnei Avelino da Silva, representantes não governamentais e será presidido pelo conselheiro Luciano Weidner e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva; Comissão de Normas e Regulamentação: Mariana Linzmeyer, Djenifer Miranda, representantes governamentais, Adriana



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de São Bento do Sul – CMDCA**

(Criado em 10 de agosto de 1993)

Lei Nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041 – E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br



Carla Ropelato, José Tadeu de Santana Junior, representantes não governamentais e será presidida pela conselheira Mariana Linzmeyer de Lima e terá como relator o conselheiro José Tadeu de Santana Júnior; Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos: Simone Lesnhak Willemann, Rosmari Mendes de Oliveira, representantes governamentais, Fabiane Maria Grossl, Jean Ricardo Sasse, representantes não governamentais e Será presidida pela conselheira Simone Lesnhak e terá como relator o conselheiro Jean Ricardo Sasse e Comissão Especial Eleitoral do Conselho Tutelar: Conselheira Lourdes da Silva Souza Pires e Simone Lesnhak Willemann, representantes governamentais, Sílvia Andrea Prestes de Souza Munhoz, Adriana Carla Ropelato. Os Conselheiros debateram ainda o formato das reuniões aprovando que as reuniões ordinárias, com calendário fixo na segunda quinta-feira do mês, seriam realizadas presencialmente e as extraordinárias, quando convocadas, poderia ser online ou formato híbrido. Não havendo mais nada a tratar, a presidente Lourdes da Silva Souza Pires agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, sendo lavrada a presente Ata por mim, Oseias Freitas, que será assinada pela Presidente, Secretária e pelo Secretário Executivo. A lista de presença da reunião será arquivada junto a esta Ata.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.


Oseias Freitas

Secretário-executivo


Lourdes da Silva Souza Pires

Presidente do CMDCA

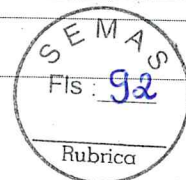
Simone Lesnhak
Secretaria CMDCA

Lista de Presença
381º Reunião extraordinária do CMDCA – PRESENCIAL – Dia 21/08/2023

| Conselheiro | Assinatura |
|--|------------|
| Rosmari Mendes de Oliveira-Titular | |
| Maria Elizabeth Amaral de Souza-Suplente | |
| Secretaria Municipal de Assistência Social | |
| Íone Lesnhak Willemann-Titular | |
| Djenifer Miranda- suplente | |
| Secretaria Municipal de Educação | |
| Loude da Silva Souza Pires -Titular | |
| Leticia Cristine Ribas – Sulente | |
| Secretaria Municipal de Saúde | |
| Mariana Linzmeyer - Titular | |
| Marla Huebl Kaiser-Suplente | |
| Fundação Cultural | |
| Luciano Weidner | |
| Camila Kaszubowski-Suplente | |
| Fundação Municipal de Desportos | |
| Eleonice Odia-Titular | |
| Lauro Ademar da Silva-Suplente | |
| Segurança Pública | |
| Jean Ricardo Sasse- Titular | |
| Anna Cristina Becker Mai-Suplente | |
| Centro de Recuperação Nova Esperança- CERENE | |
| Jose Tadeu de Santana Junior- Titular | |
| Luiz Vanderlei Gomes- Suplente | |
| JCI São Bento do Sul | |
| Fabiane Maria Grossl- Titular | |
| Suélín Barbosa-Suplente | |
| Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC | |
| Sidnei Avelino da Silva-Titular | |
| Luciana Linzmeyer dos Santos Grescheshev- Suplente | |
| São Bento Associação de Tênis de Mesa | |
| Silvia Andrea Prestes de Souza Munhoz- Titular; | |
| Marlene Mickevski- Suplente | |
| Associação Beneficente, Social Educacional e Cultural Aprisco | |
| Adriana Carla Ropelato Galiani- Titular | |
| Vanderson Ribas de Souza- Suplente | |
| Associação São Bento de Taekwondo- ASBTKD | |
| CONDIDADOS | |
| Antonio Sacri da Costa | |
| Rosilma da Rocha Ferreira | |
| Ana Paula Petrucio Knop | |

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo



PORTARIA Nº 9056, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2023 e o que consta no Processo nº 23535/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, a partir 23 de agosto de 2023, GISELE WISCHRAL, para exercer o cargo de Enfermeiro, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 9057, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.

Revoga Portaria nº 8966/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23559/2023,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8966, de 17 de agosto de 2023, que nomeou SIMONE TIEMI YOSHIURA, no cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 21 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

RESOLUÇÃO Nº 13/2023/CMDCA NOMEIA COMISSÕES

Publicação Nº 5077195

RESOLUÇÃO Nº 13/2023/CMDCA

NOMEIA OS MEMBROS DAS COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL (CMDCA) PARA A GESTÃO 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal Nº 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da 381ª reunião plenária deste Conselho realizada no dia 21 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Nomear os membros das Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA), para a gestão 2023/2025, que serão integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes do CMDCA, como parte delegada auxiliar da Plenária, sendo:

I – Comissão de Administração e Fiscalização do FIA (Fundo Municipal para a infância e Adolescência):

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Loudes da Silva Souza Pires e Eleonice Odia, e representantes não-governamentais, Sidnei Avelino da Silva e Fabiane Maria Grossl.

b) Será presidida pela conselheira Eleonice Odia e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

II – Comissão de Normas e Registros:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Luciano Weidner e Lauro Ademar da Silva, e pelos representantes não-governamentais, Sílvia Andrea Prestes de Souza Munhoz e Sidnei Avelino da Silva.



b) Será presidido pelo conselheiro Luciano Weidner e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

III – Comissão de Normas e Regulamentação:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Mariana Linzmeyer e Djenifer Miranda e pelos representantes não governamentais Adriana Carla Ropelato Galiani e José Tadeu de Santana Júnior.

b) Será presidida pela conselheira Mariana Linzmeyer de Lima e terá como relator o conselheiro José Tadeu de Santana Júnior.

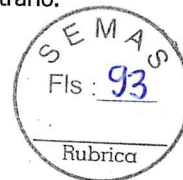
III – Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Simone Lesnhak e Rosmari Mendes de Oliveira e pelos representantes não governamentais Fabiane Maria Grossl e Jean Ricardo Sasse.

b) Será presidida pela conselheira Simone Lesnhak e terá como relator o conselheiro Jean Ricardo Sasse.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

Lourdes da Silva Souza Pires
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul



RESOLUÇÃO Nº12/2023/CMDCA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Publicação Nº 5077188

RESOLUÇÃO Nº 12/2023 – CMDCA

APROVA NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BENTO DO SUL PARA A GESTÃO 2024-2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária extraordinária realizada no dia 21 de agosto de 2023, e, CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2023 que nomeou a Comissão Especial Eleitoral para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a Gestão 2024 – 2027,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a nova composição da Comissão Especial Eleitoral responsável pelo Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a gestão 2024-2027 pelas seguintes Conselheiras: Adriana Carla Ropelato Galiani, Simone Lesnhak, Sílvia Andréa Prestes de Souza Munhoz e Lourdes da Silva Souza Pires – Presidente do CMDCA.

Art. 2º A Comissão Especial Eleitoral terá suas atribuições com base na Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e na Resolução 01/2023 do CMDCA de São Bento do Sul – SC.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023

Lourdes da Silva Souza Pires

Presidente do CMDCA de São Bento do Sul



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

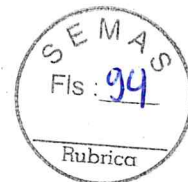
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de São Bento do Sul – CMDCA**

(Criado em 10 de agosto de 1993)

Lei Nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br



RESOLUÇÃO Nº 13/2023/CMDCA

NOMEIA OS MEMBROS DAS COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL (CMDCA) PARA A GESTÃO 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal Nº 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da 381ª reunião plenária deste Conselho realizada no dia 21 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Nomear os membros das Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA), para a gestão 2023/2025, que serão integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes do CMDCA, como parte delegada auxiliar da Plenária, sendo:

I – Comissão de Administração e Fiscalização do FIA (Fundo Municipal para a infância e Adolescência):

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Loudes da Silva Souza Pires e Eleonice Odia, e representantes não-governamentais, Sidnei Avelino da Silva e Fabiane Maria Grossl.

b) Será presidida pela conselheira Eleonice Odia e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

II – Comissão de Normas e Registros:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Luciano Weidner e Lauro Ademar da Silva, e pelos representantes não-governamentais, Silvia Andrea Prestes de Souza Munhoz e Sidnei Avelino da Silva.



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de São Bento do Sul – CMDCA**

(Criado em 10 de agosto de 1993)

Lei Nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br



b) Será presidido pelo conselheiro Luciano Weidner e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

III – Comissão de Normas e Regulamentação:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Mariana Linzmeyer e Djenifer Miranda e pelos representantes não governamentais Adriana Carla Ropelato Galiani e José Tadeu de Santana Junior.

b) Será presidida pela conselheira Mariana Linzmeyer de Lima e terá como relator o conselheiro José Tadeu de Santana Júnior.

III – Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Simone Lesnhak e Rosmari Mendes de Oliveira e pelos representantes não governamentais Fabiane Maria Grossl e Jean Ricardo Sasse.

b) Será presidida pela conselheira Simone Lesnhak e terá como relator o conselheiro Jean Ricardo Sasse.

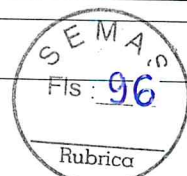
Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

Loudes da Silva Souza Pires
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo



PORTARIA Nº 9056, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2023 e o que consta no Processo nº 23535/2023,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, a partir 23 de agosto de 2023, GISELE WISCHRAL, para exercer o cargo de Enfermeiro, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 9057, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.

Revoga Portaria nº 8966/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23559/2023,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8966, de 17 de agosto de 2023, que nomeou SIMONE TIEMI YOSHIURA, no cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 21 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

RESOLUÇÃO Nº 13/2023/CMDCA NOMEIA COMISSÕES

Publicação Nº 5077195

RESOLUÇÃO Nº 13/2023/CMDCA

NOMEIA OS MEMBROS DAS COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL (CMDCA) PARA A GESTÃO 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal Nº 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da 381ª reunião plenária deste Conselho realizada no dia 21 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Nomear os membros das Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA), para a gestão 2023/2025, que serão integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes do CMDCA, como parte delegada auxiliar da Plenária, sendo:

I – Comissão de Administração e Fiscalização do FIA (Fundo Municipal para a infância e Adolescência):

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Lourdes da Silva Souza Pires e Eleonice Odia, e representantes não-governamentais, Sidnei Avelino da Silva e Fabiane Maria Grossl.

b) Será presidida pela conselheira Eleonice Odia e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

II – Comissão de Normas e Registros:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Luciano Weidner e Lauro Ademar da Silva, e pelos representantes não-governamentais, Sílvia Andrea Prestes de Souza Munhoz e Sidnei Avelino da Silva.



b) Será presidido pelo conselheiro Luciano Weidner e terá como relator o conselheiro Sidnei Avelino da Silva.

III – Comissão de Normas e Regulamentação:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Mariana Linzmeyer e Djenifer Miranda e pelos representantes não governamentais Adriana Carla Ropelato Galiani e José Tadeu de Santana Júnior.

b) Será presidida pela conselheira Mariana Linzmeyer de Lima e terá como relator o conselheiro José Tadeu de Santana Júnior.

III – Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Simone Lesnhak e Rosmari Mendes de Oliveira e pelos representantes não governamentais Fabiane Maria Grossl e Jean Ricardo Sasse.

b) Será presidida pela conselheira Simone Lesnhak e terá como relator o conselheiro Jean Ricardo Sasse.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023.

Lourdes da Silva Souza Pires
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul



RESOLUÇÃO Nº12/2023/CMDCA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Publicação Nº 5077188

RESOLUÇÃO Nº 12/2023 – CMDCA

APROVA NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BENTO DO SUL PARA A GESTÃO 2024-2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária extraordinária realizada no dia 21 de agosto de 2023, e, CONSIDERANDO a Resolução nº 01/2023 que nomeou a Comissão Especial Eleitoral para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a Gestão 2024 – 2027,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a nova composição da Comissão Especial Eleitoral responsável pelo Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a gestão 2024-2027 pelas seguintes Conselheiras: Adriana Carla Ropelato Galiani, Simone Lesnhak, Sílvia Andréa Prestes de Souza Munhoz e Lourdes da Silva Souza Pires – Presidente do CMDCA.

... c. 2º A Comissão Especial Eleitoral terá suas atribuições com base na Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e na Resolução 01/2023 do CMDCA de São Bento do Sul – SC.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2023

Lourdes da Silva Souza Pires

Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

PARECER 10/2023

COMISSÃO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

ENTIDADE:

São Bento Associação de Tênis de Mesa

PROJETO:

Um Saque Que transforma a Vida 1

☒ Principal ☐ Secundário

OBJETIVO GERAL DO PROJETO:

Adquirir material para o treinamento das técnicas motoras de tênis de mesa para crianças e adolescentes, participantes do programa de atendimento nas escolinhas e centro de treinamento da SBATM.

VALOR DO PROJETO:

Valor Total: R\$ 19.895,38

Valor solicitado ao FIA: R\$ 19.895,38

HABILITAÇÃO*:

*EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 16/2023 – EDITAL FIA 2023, que torna público a seleção pública de Projetos para financiamento pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA/SBS) para o ano de 2023.

☒ Em Conformidade com Edital ☐ Em Desacordo com Edital.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS

| a) Cumprimento dos Objetivos (15 Pontos) | | | |
|---|--------------------|------------------------------------|---------------------------|
| | Atende (Nota 3) | Atende Parcialmente (Nota 2) | Não Atende (Nota 1) |
| Adequação ao tema, de acordo com os eixos do item 5.5 deste Edital. | X | | |
| Crêterios técnicos do Projeto. | X | | |
| Metodologia aplicada. | X | | |
| Clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos. | X | | |
| Atividades e resultados esperados. | X | | |
| Subtotal | X | | |
| | 15 | | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| b) Impacto social da iniciativa. (benefícios gerados com a implantação do projeto). (9 Pontos) | | | |
|---|--|--|--|

| | Atende (Nota 3) | Atende Parcialmente (Nota 2) | Não Atende (Nota 1) |
|--|--------------------|------------------------------------|---------------------------|
| Contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | | X | |
| Abrangência da proposta a público em qualquer situação de vulnerabilidade. | | X | |
| Benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido. | | X | |
| Subtotal | | 6 | |

| c) Inovação e criatividade (3 Pontos) | | | |
|---|--------------------|------------------------------------|---------------------------|
| | Atende (Nota 3) | Atende Parcialmente (Nota 2) | Não Atende (Nota 1) |
| Práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos e a sustentabilidade das ações propostas. | | X | |
| Subtotal | | 2 | |
| Pontuação Geral | | 18 | |

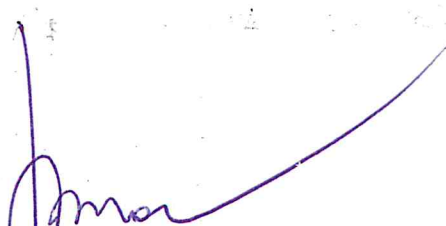
NECESSITA DE DILIGÊNCIA

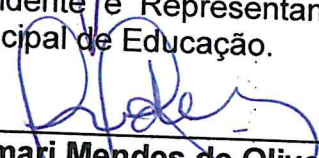
☐ SIM ☒ NÃO

PARECER FINAL:

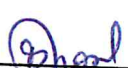
☐ APROVADO ☒ REPROVADO ☐ ALTERAR

São Bento do Sul, 20 de setembro de 2023.


Simone Lesnhak Willemann
Presidente e Representante da Secretaria
Municipal de Educação.


Rosmari Mendes de Oliveira
Membro e Representante da Secretaria
Municipal de Assistência Social

Jean Ricardo Sasse
Relatora e Representante Centro de
Recuperação Nova Esperança- CERENE


Fabiane Maria Grossi
Membro e Representante do Serviço
Nacional de Aprendizagem Comercial-
SENAC



CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

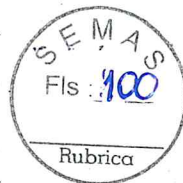
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de São Bento do Sul – CMDCA**

(Criado em 10 de agosto de 1993)

Lei Nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041 – E-mail: cmdca@saobentodosul.sc.gov.br



Ata da 384ª Reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA)

Data: 25 de setembro de 2023

Local: Auditório do SEMAS-híbrida

Horário início: 10h05min

Horário término: 10 h 56 min

Pauta da Reunião

- 1º – Aprovação da ata reunião anterior 383º;
- 2º – Leitura e aprovação das justificativas de falta;
- 3º – Correspondências recebidas e enviadas;
- 4º – Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos: Projetos FIA 2023.
- 5º – **Carta Renúncia Conselheiro Tutelar Sandro Tschöke.**
- 6º – Palavra Livre:

Participantes

Conselheiros (as):

Rosmari Mendes de Oliveira
Simone Lesnhak
Lourdes da Silva Souza Pires
José Tadeu de Santana Junior
Suélin Barbosa
Sidnei Avelino da Silva
Sílvia Andrea Prestes de Souza Munhoz
Adriana Carla Ropelato Galiani

**Correspondências:
Recebidos;
Enviados**

Recebidos:

- e-mail em que o Professor Mario denuncia entrega de santinho de candidata ao Conselho Tutelar em local proibido (dentro de escola)

**Assuntos
debatidos:**

A presidente Lourdes da Silva Souza Pires iniciou a reunião dando boas vindas a todos logo após deu continuidade a pauta da reunião;

1º – Aprovação da ata reunião anterior 383º;

Foi pelo secretário-executivo Oseias Freitas, justificado que não tinha ainda acabado a ata devido a grande demanda, e como o assistente administrativo Ivanir José Dreier, foi quem fez a pauta, o mesmo enviou a ata nº 383 faltando ainda alguns detalhes, diante do exposto a Presidente Lourdes da Silva Souza Pires, solicitou que fosse esta ata aprovada na próxima reunião.

2º – Leitura e aprovação das justificativas de falta;

Os conselheiros Eleonice Odia, Jean Sasse, e a sua suplente Anna Cristina justificaram a falta na reunião de hoje.

3º – Correspondência recebidas e enviadas;

Foi lido pelo secretário-executivo Oseias Freitas os ofícios recebidos, entre eles ofício em que o Promotor de Justiça solicita reunião com a Comissão Especial Eleitoral e membros do CMDCA no dia 28/09/2023 às 14 horas no Fórum, na ocasião a presidente Lourdes da Silva Souza Pires aproveitou a oportunidade e solicitou que fosse preenchido a vaga em aberta na Comissão Especial Eleitoral e o Conselheiro Sidnei Avelino da Silva aceitou participar, foi lido também o e-mail em que o Professor Mario faz denuncia contra candidata ao Conselho Tutelar, Sr.a Franci Scherner,